



## BOLETIM INFORMATIVO – OUTUBRO 2013

Edição nº. 12 - Ano 19 - CRC/RS 3.112

### RECEITA CRIA ALERTA PARA AS EMPRESAS DO SIMPLES

Novo programa enviará avisos para empresários que apresentarem pendências com o fisco



Com o objetivo de regularizar a situação tributária das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, a Receita Federal (RF) criou o programa Alerta Simples Nacional. Em vigor a partir desta segunda-feira, a primeira fase da iniciativa vai focar os indícios de omissão de receitas auferidas em 2010. Serão levadas em consideração as informações advindas das administradoras de cartão de crédito, por meio da Declaração de Operações com Cartões de Crédito (Decred), e das vendas efetuadas ao governo federal, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Para detectar as irregularidades, a receita cruzou dados do Siafi e da movimentação do cartão de crédito por meio da Decred. A diferença detectada chega a R\$ 5,98 bilhões, e o crédito tributário a favor dos cofres públicos pode ficar em 10% desse valor.

Assim que entrar no sistema online do Simples Nacional, o empresário vai receber um alerta, caso esteja com pendências. “O procedimento será semelhante ao realizado com a pessoa física, no caso da malha fina. A partir daí, as empresas devem procurar a Receita Federal para regularizar sua situação”, explica Ademir Oliveira, superintendente adjunto da RF no Rio Grande do Sul. Das 3,4 milhões de companhias brasileiras que aderiram ao Simples, 29 mil receberão os avisos. No Estado, 413 empresas terão de prestar esclarecimentos, tendo pendências na ordem de R\$ 83 milhões.

A autorregularização evitará procedimentos de fiscalização para a cobrança dos tributos, com a aplicação de multa de ofício, que varia de 75% a 225% do valor devido. Quem acertar as contas com a RF espontaneamente será penalizado apenas com o pagamento de mora de 20% sobre a quantia em aberto. Os avisos serão vistos até o fim de outubro e, a partir de dezembro, a Receita começa a fiscalização. “A partir de 1 de dezembro, vamos iniciar um trabalho de fiscalização naquelas empresas que não fizeram as correções”, afirma Oliveira. O dirigente ressalta que, neste momento, o programa envolverá apenas as contas referentes a 2010. No entanto, em breve, a Receita Federal pretende fazer o cruzamento de dados dos anos seguintes.

**As empresas que receberem AVISOS da Receita Federal, através dos correios, enviar com urgência para o Visão, para serem tomadas as providências necessárias.**



## DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

O empregador deverá pagar a primeira parcela do décimo terceiro salário (metade da remuneração) aos seus empregados, entre fevereiro e 30 de novembro de cada ano; e a segunda parcela até o dia 20 de dezembro, tomando-se por base a remuneração devida nesse mês. Não há obrigação de pagamento da primeira parcela para todos os empregados ao mesmo tempo (art. 2º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965). Os empregados, desde que solicitem no mês de janeiro do correspondente ano, poderão receber o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário com o pagamento de férias.

O cálculo do décimo terceiro salário é feito da seguinte maneira: divide-se o salário de dezembro por 12 (doze) e multiplica-se este resultado pelo número de meses que o empregado trabalhou no ano. Nesse cálculo, considera-se também como mês integral parcela igual ou superior a 15 (quinze) dias (art. 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962).

## FÉRIAS

O empregado terá direito a férias depois de trabalhar 12 (doze) meses (período aquisitivo) na seguinte proporção (art. 129 e 130 da CLT):

- a) 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;
- b) 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;
- c) 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;
- d) 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas;
- e) não terá direito a férias quando tiver mais de 32 (trinta e duas) faltas durante o período aquisitivo.



## CONCESSÃO DE FÉRIAS

O empregador deverá conceder as férias ao empregado nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo. A época das férias será aquela que melhor consulte os interesses do empregador, desde que respeitado esse prazo (art. 136 da CLT). As férias podem ser divididas em 2 (dois) períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos (art. 139, § 1º, da CLT). As férias dos menores de 18 (dezoito) anos e dos maiores de 50 (cinquenta) anos não podem ser divididas (art. 134, § 2º, da CLT).

O período das férias deve ser comunicado ao empregado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência (art. 135 da CLT). O pagamento deve ser feito até 2 (dois) dias antes do seu início (art. 145 da CLT), mediante recibo, no valor da remuneração do empregado, acrescida de 1/3 (um terço) (CF, art. 7º, inciso XVI). As férias devem ser anotadas na CTPS e no Livro ou Fichas de Registro de Empregados (art. 135, §§ 1º e 2º, da CLT).

O período de férias é contado como tempo de serviço do empregado. Os membros de uma família que trabalhem para um mesmo empregador têm direito a gozar férias ao mesmo tempo, se isso não causar prejuízo ao serviço (art. 136, § 1º, da CLT).

## ABONO DE FÉRIAS

O empregado poderá transformar 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono de férias. Assim, se o empregado tem direito a 30 (trinta) dias de férias, poderá gozar 20 (vinte) dias e receber os outros 10 (dez) dias em dinheiro (art. 143 da CLT). Para receber o abono de férias, o empregado deverá requerer ao empregador este benefício até 15 (quinze) dias antes de completar os 12 (doze) meses de trabalho (período aquisitivo) (art. 143, § 1º, da CLT).

## INSS - PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social para recolhimento da contribuição referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados no artigo 13 da Lei nº 8.213/91 e seus parágrafos.

Um segurado com menos de 120 contribuições ficou desempregado no dia 31/01/2008, em janeiro de 2009 ele comprovou junto ao Ministério do Trabalho que permanecia a situação de desemprego. O seu período de graça terminaria no dia 31/01/2010 (24 meses), mas ele terá a qualidade de segurado mantida até o dia 15 de março de 2010.

Pois, para não perder a qualidade de segurado, este indivíduo terá que fazer o recolhimento da contribuição referente ao mês de fevereiro/2010, que vencerá no dia 15 de março.

Assim, no caso de expirar o período de graça, e a pessoa ainda estiver sem emprego, deverá filiar-se como contribuinte facultativo e recolher uma contribuição para manter-se na qualidade de segurado, do contrário, deixará de ser segurado.

A perda da qualidade de segurado não se aplica à concessão dos benefícios cujos requisitos tenham sido preenchidos, conforme a legislação vigente à época do cumprimento destes requisitos, em respeito ao direito adquirido.

É o caso, por exemplo, da pensão por morte o segurado faleceu após a perda da qualidade de segurado, no entanto, já havia cumprido todos os requisitos para a concessão da aposentadoria por idade. Assim, os seus dependentes terão direito à pensão devido ao direito adquirido.

Mas, se no exemplo anterior, o segurado, na data do óbito, necessitava de mais um ano para completar a carência ou a idade mínima exigida para a concessão da aposentadoria por idade e já havia perdido a qualidade de segurado quando faleceu, os seus dependentes não terão direito à pensão por morte, pois não houve direito adquirido ao benefício de aposentadoria antes do falecimento.

Outro exemplo: Lúcia, dona-de-casa, contribuía há mais de 7 anos para a Previdência Social, como segurada facultativa. Mas ficou sem dinheiro e parou de contribuir por um período de 8 meses, no final deste período ela ficou muito doente por um longo período. Neste caso, Lúcia não terá direito ao auxílio-doença, pois perdeu a qualidade de segurada, em razão de ter expirado o prazo de seis meses em que seria mantida esta qualidade.

Quando o indivíduo perde a qualidade de segurado, as contribuições anteriores só serão computadas para efeito de carência exigida para a concessão de um benefício depois que o segurado contar, a partir de uma nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo, um terço do número de contribuições exigidas para a concessão do benefício pleiteado.

### Exemplo:

Um segurado com mais de um ano de contribuição, deixou de contribuir por mais de dois anos e perdeu a qualidade de segurado. Voltou a contribuir após este período e dois meses depois ficou incapacitado para o trabalho. Ele não terá direito ao auxílio-doença porque não cumpriu com 1/3 (4 meses) da carência exigida após a perda da qualidade de segurado.

É importante observar que existem casos em que não será considerada a perda da qualidade de segurado para a concessão do benefício, são eles, a aposentadoria por idade, por tempo de contribuição e especial, conforme alterações feitas pela MP nº 83/2002, convertida na Lei nº 10.666/2003. É este o entendimento de vários Tribunais de Justiça.

**Por isso, ressaltamos a importância de uma Análise criteriosa dos recolhimentos efetuados, verificando a qualidade de Segurado ou não. Desta forma, projetando a melhor maneira e hora de se aposentar.**

**Faça já a Análise da sua Vida Previdenciária e assim planeje uma Aposentadoria mais tranquila. Não deixe para o momento de se aposentar, quando poderá ser tarde para realizar as suas expectativas.**

**O Visão pode auxiliá-lo. Solicite maiores informações sobre o serviço.**



## Agenda das Principais Obrigações OUTUBRO/2013



DIAS	COMPROMISSOS
01/10	<b>Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de setembro 2013</b>
05/10	SALÁRIOS - SETEMBRO
07/10	GFIP - SETEMBRO
09/10	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - SETEMBRO
11/10	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/10/2013</b>
14/10	ICMS - COMÉRCIO - SETEMBRO
15/10	GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL ISSQN - SETEMBRO
18/10	GPS - SETEMBRO
21/10	IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - SETEMBRO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - AGOSTO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - SETEMBRO ICMS - INDÚSTRIA - SETEMBRO <b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/10/2013</b>
23/10	ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - AGOSTO <b>Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e demais descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente outubro/2013</b>
25/10	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - SETEMBRO COFINS - SETEMBRO PIS - SETEMBRO
31/10	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - SETEMBRO - ESTIMATIVA IRPJ - SETEMBRO- ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 3º TRIMESTRE/2013 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 3º TRIMESTRE/2013 IRPF - 2013 - 7ª QUOTA
01/11	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/10/2013</b>



**Mantenha-se conectado com a Visão:**

[www.visaocont.com.br](http://www.visaocont.com.br)

**Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade**